

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
1 Uma definição estatístico-formalista para as discriminações	7
1.1 O que são Discriminações?.....	8
1.1.1 Discriminação e Validações Empíricas	10
1.1.2 As relações Causais e Correlacionais – alguns conceitos estatísticos	11
1.1.3 Uma proposta tipológica estatístico-formalista	16
1.2 Discriminações, Categorizações, Generalizações e suas aplicações sociais	20
1.3 Considerações finais sobre a conceituação	26
2 O que são Algoritmos e o que se entende por Viés Algorítmico?	29
2.1 Uma definição pela Torre de Hanói	29
2.2 Os algoritmos humanos e computacionais.....	32
2.3 O império dos algoritmos – Big Data e a Ascensão da Inferência Correlacional	34
2.3.1 Primeira implicação: Abrangência Universal	36
2.3.2 Segunda Implicação: Causalidade Superestimada	39
2.3.3 Terceira implicação: Mensurando o Imensurável	45
2.4 Possíveis riscos associados aos algoritmos – uma faca de dois gumes	47
2.4.1 O problema da amostragem intrinsecamente enviesada ...	49
2.4.2 O problema das características selecionáveis	53

2.4.3 O problema das análises estatísticas por aproximação	54
2.5 Conclusão: uma segunda premissa conceitual.....	57
3 Aspectos práticos: como o Viés Algorítmico nos afeta?	63
3.1 O Algoritmo COMPAS.....	63
3.2 O algoritmo governamental polonês e as discriminações em políticas públicas	71
3.3 Problemáticas envolvendo saúde – o caso Optum e a Covid-19	75
4 Aspectos legais: a tipificação da Discriminação Algorítmica como Hipótese de Ilicitude	81
4.1 Tipificação da Discriminação à luz do ordenamento jurídico brasileiro	82
4.1.1 Discriminações à luz da Constituição Federal de 1988	82
4.1.2 Discriminações à luz das legislações federais.....	86
4.2 Tipificação das Discriminações Algorítmicas – um caso de sopesamento de princípios	90
4.2.1 Entre autonomia privada, desenvolvimento econômico e igualdade social – um equilíbrio tênue de uma balança sensível.....	93
4.2.2 A autonomia privada, desenvolvimento econômico e o fomento à inovação tecnológica	93
4.2.3 A Liberdade de Iniciativa e os limites da Função Social	99
4.2.4 Uma ferramenta jurídica para a solução do impasse – o sopesamento de princípios constitucionais	102
4.3 Modelos de Compliance e Governança para Sistemas	106
4.4 Fundamentos Legais para os deveres de Compliance e Governança Algorítmica	118
4.4.1 Do Código de Defesa do Consumidor	118
4.4.2 Da Lei do Cadastro Positivo	119

4.4.3 Da Lei de Acesso à Informação.....	120
4.4.4 Do ônus da Prova e sua Dinamização.....	121
4.4.5 Da Lei Geral de Proteção de Dados.....	126
4.4.6 Do Projeto de Lei nº 21/2020.....	128
Conclusão	133
Referências Bibliográficas	139